

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

MARCIO
JOSE
GOMES
QUEIROZ
17/04/2026 08:37
OROCIL
PEDREIRA
SANTOS
JUNIOR
17/04/2026 08:44

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS

DISPENSA – ART. 75, INCISO II, DA LEI N. 14.133/2021

PROAD N. 835/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a”)

1.1. OBJETO: Contratação de empresa para atuar como Agente de Integração de Estágio, compreendendo a execução de processo seletivo público, recrutamento, seleção, convocação, contratação de estagiários de níveis médio, profissionalizante, superior e pós-graduação, bem como a contratação de seguro contra acidentes pessoais, visando à operacionalização do Programa de Estágio do TRT5, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

	Descrição do serviço	CATSER	Und. medida	Qtde. mensal estagiário	Preço mensal por estagiário	Valor mensal (qtde. estagiários x preço mensal)	Valor anual (valor mensal x 12 meses)
1	Serviço de Agente de Integração de Estágio, compreendendo a execução de processo seletivo público, recrutamento, seleção, convocação, contratação de estagiários de níveis médio, profissionalizante, técnico, superior e pós-graduação, visando à operacionalização do Programa de Estágio do TRT5, conforme especificações dos serviços.	15156	mensal	200	R\$ 26,00	R\$5.200,00	R\$62.400,00

Valor anual = R\$62.400,00

Valor do contrato para 2 (dois) anos : **R\$124.800,00**

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



1.2. Em caso de divergência entre as especificações contidas nos códigos CATSER com as especificações técnicas do Termo de Referência, prevalecerão as especificações deste Termo de Referência.

1.3. Justificativa para o quantitativo

O Orçamento disponibilizado para o Programa de Estágio do TRT5 no ano de 2026 atende a uma ocupação média de 200 vagas, similar àquelas referentes à dotação orçamentária dos dois anos anteriores, que tiveram uma ocupação média de 216 e 205 vagas de estágio, respectivamente.

Não há expectativa de aumento do orçamento para 2027, razão pela qual se indica a manutenção da previsão de ocupação de 200 vagas, considerando o fato de que há expectativa de reajuste da bolsa de estágio e do auxílio transporte para o próximo ano.

1.4. O serviço será prestado de forma continuada.

1.5. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:

1.5.1. Apesar da estimativa de custo da contratação estar abaixo do limite previsto no inciso I, do Art. 48, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, verifica-se não ser vantajoso para a Administração a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

1.5.2. Nos termos do § 2º, do Art. 48 da mesma Lei Complementar e sopesando os princípios da economicidade e razoabilidade, justifica-se a necessidade de ampliar a competitividade, com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa, evitando prejuízo para a Administração.

1.5.3. Analisando a pesquisa de preços preliminar, realizada com o intuito de determinar os valores referenciais de mercado, observa-se que os preços obtidos foram apresentados por empresas que possuem a natureza jurídica de associação não enquadradas como porte de ME/EPP.

1.6. PRAZO DE VIGÊNCIA:

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



1.6.1. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista sua essencialidade, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a prestação dos serviços por mais de um exercício financeiro, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.7. NATUREZA:

- ☒ Comum
- ☐ Especial
- ☐ Comum de engenharia
- ☐ Especial de engenharia
- ☐ Obra
- ☐ Técnico especializado de natureza predominantemente intelectual
- ☐ Especial de Tecnologia da Informação e de Comunicações
- ☐ Locação

1.8. REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

ETP elaborado?

- ☐ Sim
- ☒ Não. Justificar:

Considerando a reduzida complexidade do objeto e seus requisitos, a faculdade prevista no art. 14, I da IN 58/2022 do Ministério da Economia, bem assim no art. 72, I da Lei n. 14.133/2021, a elaboração de estudo técnico preliminar foi dispensada.

Tratando-se de contratação de valor estimado até o limite estabelecido nos incisos I e II do art. 75 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, o planejamento pode ser realizado por ao menos um(a) servidor(a) da unidade demandante/requisitante, sem necessidade de instituição de equipe de planejamento, conforme Ato GP TRT5 n. 494/2023, art. 3º, § 1º e Resolução CSJT 364/2023, art. 34, I.

1.9. ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



ITEM	DESCRIÇÃO
CDP-002-NC-I	Prestação de serviço de intermediação de estágio - Seleção e acompanhamento dos estagiários de nível médio e superior

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

O estágio serve como importante instrumento de integração, aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano, complementando o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e facilitando seu ingresso futuro no mercado formal de trabalho. Os estagiários atuam como importantes auxiliares das tarefas cotidianas dos órgãos, além de trazerem ideias e conhecimentos novos e atuais debatidos em ambiente escolar, auxiliando na “oxigenação” das organizações e na melhoria da prestação jurisdicional, no caso específico do Tribunal. De outra parte, o estágio possibilita aos estudantes contato direto com o campo de trabalho escolhido, dando-lhes visão do contexto organizacional e ajudando na sua formação e desenvolvimento.

Atualmente o TRT5 possui contrato com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, com vigência até 31/08/2026, firmado nos autos do proad 16384/2022, para prestação dos serviços de recrutamento, seleção e contratação de estagiários(as). Sinalizamos que o contrato pode ser rescindido antecipadamente, mediante comunicação prévia de 30 dias, atrelado à conclusão do processo licitatório que está tramitando no Proad nº 835/2026.

Diante disso, tem-se a essencialidade do objeto para a administração pública, tendo em vista a necessidade de preservação das atividades finalísticas do TRT5, bem como o interesse público contido no programa de estágio, visto que oportuniza o ingresso de estudantes no contexto organizacional de aprendizagem profissional.

Ademais, salientamos a inviabilidade de realização dos serviços de recrutamento, seleção e contratação de estagiários com equipe própria do Tribunal, dada a escassez de recursos humanos disponíveis na Instituição para viabilização da execução das atividades daí decorrentes, que envolvem realização de processo seletivo, convênio com Instituições de Ensino para Estágio, convocação e contratação de estudantes bem como contratação de seguro contra acidentes pessoais, em favor dos(as) estagiários(as).

Avalia-se assim que a contratação de um agente de integração trará maior celeridade e eficiência à manutenção do Programa de Estágio do TRT5, considerando que uma parte operacional expressiva do processo estaria sob a responsabilidade da intermediadora de estágio.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



3. ENQUADRAMENTO LEGAL:

3.1. Trata-se de SERVIÇO cujo valor se enquadra no limite anual previsto no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, com as devidas atualizações, hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO.

3.2. JUSTIFICATIVA PARA AFASTAMENTO DE FRACIONAMENTO DE DESPESA: O somatório das despesas realizadas com objetos de mesma natureza, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, e que foram despendidos neste exercício financeiro, bem como nos exercícios seguintes, não ultrapassam o limite para contratação por dispensa de licitação de modo a caracterizar o fracionamento indevido de despesa.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A empresa contratada para atuar como Agente de Integração de Estágio do TRT 5ª Região, deverá fazer interlocução entre o Tribunal, as instituições de ensino e os(as) estudantes, visando à operacionalização do Programa de Estágio do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Isto inclui o recrutamento, a seleção, a convocação e a contratação de estagiários do bem como a contratação de seguro contra acidentes pessoais.

4.2. No presente caso, os SERVIÇOS a serem prestados deverão atender às seguintes especificações:

4.2.1. O recrutamento e a seleção de estudantes deverá ser feito por meio de processo seletivo público, cujos critérios serão estabelecidos em edital, cuja elaboração será de responsabilidade do Agente de Integração, para as unidades do Tribunal localizadas na Capital e no interior do Estado, a saber: Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari, Candeias, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Ipiaú, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista.

4.2.1.1. Para processos seletivos realizados na modalidade *online* pelo Agente de Integração, a plataforma utilizada pelo mesmo deverá garantir a segurança e integridade do ambiente virtual de avaliação.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



4.2.2. As vagas a serem oferecidas serão para estudantes de nível superior, nas modalidades graduação e pós-graduação, ensino médio - formação geral ou profissionalizante, e de educação profissional, que frequentem cursos cujas áreas de formação estejam relacionadas diretamente com as atividades institucionais, programas, planos e projetos desenvolvidos pelas unidades do TRT5.

4.2.3. Os cursos com campo de estágio no Tribunal incluem atualmente:

4.2.3.1. Ensino Médio (Médio Regular, Médio Integrado ao Técnico, Educação de Jovens e Adultos-EJA)

4.2.3.2. Profissionalizante (Técnico em Segurança do Trabalho)

4.2.3.3. Graduação (Direito, Estatística, Administração, Ciências Contábeis, Arquivologia, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Arquitetura, Secretariado, Design Gráfico, Comunicação Social/Jornalismo, Comunicação Social/Relações Públicas, Cursos da área de Tecnologia da Informação, tais como Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia de Software, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores e outros cursos similares da área de TI.

4.2.4. A descrição dos cursos no item 4.2.3. não encerram rol taxativo, podendo haver a inclusão de outros cursos das áreas de conhecimento de interesse do TRT5, de acordo com a sua necessidade.

4.2.5. As provas de conhecimentos a serem aplicadas nos processos seletivos devem incluir o seguinte número mínimo de questões e disciplinas:

4.2.5.1. A prova de Ensino Médio regular, Médio integrado ao Técnico, Educação de Jovens e Adultos (EJA) deverá ser composta de 20 (vinte) questões, sendo 10 (dez) de língua portuguesa, 5 (cinco) de noções de informática e 5 (cinco) de conhecimentos gerais.

4.2.5.2. A prova de Técnico em Segurança do Trabalho deverá ser composta de 20 (vinte) questões, sendo 10 (dez) de língua portuguesa, 5 (cinco) de noções de informática e 5 (cinco) de conhecimentos específicos.

4.2.5.3. A prova de Ensino Superior, exceto Direito e Área de Tecnologia da Informação, deverá ser composta de 25 (vinte e cinco) questões, sendo 10 (dez) de língua portuguesa, 5 (cinco) de noções de informática, 5 (cinco) de conhecimentos gerais e 5 (cinco) de conhecimentos específicos.



4.2.5.4. A prova de Ensino Superior para os cursos da área de Tecnologia da Informação, deverá ser composta de 25 (vinte e cinco) questões, sendo 10 (dez) de língua portuguesa, 5 (cinco) de noções de informática, 5 (cinco) de conhecimentos gerais e 5 (cinco) de conhecimentos específicos.

4.2.5.5. A prova de Ensino Superior para o curso de Direito deverá ser composta de 35 (trinta e cinco) questões, sendo 10 (dez) de língua portuguesa e 25 (vinte e cinco) de conhecimentos específicos (10 questões de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, 5 questões de Direito Civil, 5 questões de Direito Constitucional e 5 questões de Direito Processual Civil)

4.2.6. A distribuição do número de questões e temáticas descritas no item 4.25, relativo às provas de conhecimento, refletem o quanto disposto no último processo seletivo para estágio do Tribunal, publicizadas através do Edital N. 23/2025, é objeto de deliberação da equipe para acompanhamento de processo seletivo de estagiários no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com composição instituída pelo Ato GP n. 579, de 28 de novembro de 2025., podendo sofrer alterações no próximo Edital.

4.2.7. Para dar celeridade e transparência aos procedimentos de contratação e desligamento dos(as) estagiários(as), o Agente de Integração deve possuir sistema informatizado, disponível via web, facilitando os trâmites administrativos, desde a contratação até o término da vigência do estágio, incluindo a assinatura de forma eletrônica. O sistema deve absorver de forma informatizada a elaboração de Termos de Compromisso de Estágio - TCE, renovações contratuais, termos aditivos e rescisões, com alertas sobre pendências.

4.2.8. A carga horária do estágio será de quatro horas diárias e vinte horas semanais, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida durante o horário de expediente do TRT5;

4.2.9. A duração do estágio deve ser de, no mínimo, 6 (seis) meses, no caso de estágio não obrigatório, podendo ser prorrogada, se houver interesse das partes, até o limite de 2 (dois) anos. Esse limite de 2 (dois) anos não se aplica ao(à)estagiário(a) com deficiência.

4.2.10. O agente de integração contratado será responsável pela celebração e assinaturas do TCE entre o(a) estagiário(a), a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, devendo sempre haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio com aquelas previstas no Termo de Compromisso e a formação acadêmica do(a) estudante, observando-se que o contrato



de estágio não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Contratante, inclusive empregatício.

4.2.11. Do quantitativo de vagas a serem oferecidas, deverá ser destinado o percentual de 30% a estudantes negros, de acordo com o Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018 e Resolução CNJ nº 588/2024, de 10% a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, desde que as atividades de estágio sejam compatíveis com a deficiência.

4.2.12. Outras reservas de vagas poderão ser previstas, desde que autorizadas pela administração do TRT5.

4.2.13. É vedada a cobrança de quaisquer valores dos estudantes a título de inscrição ou de intermediação na seleção pública.

4.2.14. O estágio, obrigatório ou não obrigatório, deve ser formalizado mediante celebração de TCE (Termo de Compromisso de Estágio), assinado pelo(a) estudante, pela Instituição de Ensino, pelo Agente de Integração, se houver, e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, representado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

4.2.15. É vedada a admissão de estagiário: I – que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados que atuem em processos na Justiça do Trabalho; II – que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado ou servidor em cargo de direção ou de assessoramento a que esteja subordinado, conforme art.8º da Instrução Normativa TRT5 GP 02/2022. Estas vedações devem ser informadas no Edital de Seleção Pública.

4.2.16. A contratação de seguro contra acidentes pessoais, em nome do(a) estagiário(a), é condição essencial para a celebração de contrato, convênio ou acordo de cooperação com a Instituição de Ensino.

4.2.17. O Termo de Compromisso de Estágio - TCE deve conter as seguintes informações: I - identificação do(a) estagiário(a), do curso e seu nível acadêmico; II - qualificação e assinatura das partes acordantes, contratantes ou convenientes; III - indicação expressa de que o TCE decorre de contrato direto com o(a) estudante, ou se for o caso, convênio ou acordo de cooperação; IV - menção de que o contrato de estágio não acarreta vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública, nem estende ao(à) estagiário(a) quaisquer direitos ou vantagens asseguradas a servidores públicos; V - valor da bolsa estágio, quando houver, e do auxílio-transporte; VI - vedação expressa de qualquer espécie de cobrança ou desconto pelo

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



Agente de Integração na bolsa estágio; VII - carga horária semanal compatível com o horário escolar e o período acordado para intervalo na jornada superior a 4 (quatro) horas; VIII - duração do estágio; IX - obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas; X - assinatura do(a) estagiário(a), do(a) responsável pelo TRT da 5ª Região, do(a) responsável pela Instituição de Ensino e do(a) responsável pelo Agente de Integração, se for o caso; XI - assinatura do(a) representante ou assistente legal do(a) estagiário(a), quando for o caso; XII - condições de desligamento do estágio; XIII - menção do contrato a que se vincula o(a) estudante e do convênio ou acordo de cooperação, se for o caso, ao qual se vincula o TRT da 5ª Região e a Instituição de Ensino; XIV - indicação nominal do(a) professor(a) orientador(a) da área objeto de desenvolvimento; XV - indicação de que o(a) estudante terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela Instituição de Ensino; e XVI - o número de apólice e o nome da Seguradora do seguro contra acidentes pessoais em nome do(a) estagiário(a).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

5.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

Devem ser atendidos os critérios indicados no Guia de Sustentabilidade do CSJT, aprovado pela Resolução 310/2021, no que couber.

5.2. SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021, em razão da baixa complexidade da contratação.

5.4. DA VISTORIA: Não se aplica.

5.5. TRANSIÇÃO CONTRATUAL: O Agente de Integração deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações e efetuar a recontração de todos os(as) estagiários(as) ativos no Tribunal, de forma a evitar interrupção dos contatos de estágio.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

6.1.PRAZO DE EXECUÇÃO: não se aplica.

6.2.LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO: não se aplica

6.3.estratégia da prestação dos serviços:

a) O início da execução do objeto se dará no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação do contrato no PNCP.

b) A contratada poderá entrar em contato com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas/ Seção de Estágio para dirimir quaisquer dúvidas nos telefones 71-3319-7631/7150 e pelo e-mail cdp@trt5.jus.br e estagio@trt5.jus.br

6.4. RECEBIMENTO DO OBJETO - Em conformidade com o art. 140, I, da lei 14.133/21, o objeto desta contratação será recebido:

6.4.1. Provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, mediante prestação mensal do serviço, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização.

6.4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4.3. Definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, mediante termo detalhado, emitido pelo gestor do contrato.

6.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do contrato.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)

- 7.1.** A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP n. 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, conforme Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 7.2.** Mecanismos formais de comunicação: O mecanismo formal de comunicação serão os e-mails estagio@trt5.jus.br e cdp@trt5.jus.br e o envio de notas fiscais e informações sobre faturamento será realizado através do Portal SIGEO – JT.
- 7.3.** A gestão administrativa do contrato caberá ao (à) Diretor(a) da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação.
- 7.4.** A fiscalização do contrato será realizada por servidor da Seção de Estágio e Aprendizagem, que será responsável pelo recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante do contratante.
- 7.5.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n. 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n. 14.133/2021, art. 119).
- 7.7.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei n. 14.133/2021, art. 120).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g”)

- 8.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis mensalmente, contados da finalização da liquidação, de acordo com o valor unitário da

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



intermediação e a quantidade de estagiários ativos, atestado pelo fiscal do contrato.

a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar os pagamentos das faturas vincendas no curso da execução do contrato.

(Para instruções deve ser acessado o seguinte link:

https://docs.google.com/document/d/1l4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/e/dit?usp=sharing)

b) **Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.

c) O **prazo de liquidação** será de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal, prorrogável por igual período.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



o) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para correção monetária, para correção monetária.

p) O pagamento será realizado, mensalmente, de acordo com o valor unitário da intermediação e a quantidade de estagiários ativos, atestado pelo fiscal do contrato.

9. REAJUSTE

9.1. Após o interregno de um ano, **contado da data do orçamento estimado, em 31/03/2026**, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para correção monetária.

a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

b) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

c) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

f) O reajuste será realizado por apostilamento.



10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

10.1. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação eletrônica COM DISPUTA**, com fundamento na hipótese do **art. 75, inciso II** da Lei n. 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço do item.

10.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

10.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

10.3.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

10.3.1.1. SICAF;

10.3.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.3.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



10.3.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.3.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.3.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.3.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3.9. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.3.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA (De acordo com a natureza jurídica do interessado.)

10.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- 10.4.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.4.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.4.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.
- 10.4.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 10.4.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 10.4.9. Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021).
- 10.4.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



10.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.5.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

10.5.2. Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

10.5.4. Declaração de que **não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.5.5. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5.6. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.5.7. Prova de **regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.9. O prestador enquadrado como **microempreendedor individual (MEI)** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, **estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal**.

10.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



- 10.6.1.** Caso se trate de **Pessoa Física (CPF): Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME n. 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 10.6.2.** Caso se trate de **Pessoa Jurídica (CNPJ): Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n. 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 10.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:
- 10.6.3.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 10.6.3.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 10.6.3.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.6.3.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.6.4.** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.
- 10.6.5.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.7.1.** Comprovação de aptidão para **execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação**, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove que a licitante prestou serviços como Agente de Integração, atuando como agenciador de estudantes para preenchimento de, no mínimo, 100 (cem) vagas de estágio.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



10.7.1.1. Será aceito somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido.

10.7.1.2. Para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, somente será aceito somatório de atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação **conforme justificativa do item 10.7.1.**

10.7.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.7.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i”)

11.1. Objetivando definir estimativa de valor da contratação, a unidade demandante procedeu às seguintes pesquisas:

- Junto à outros Regionais do Trabalho com escopo de contrato similar ao previsto para o TRT5
- Na plataforma do governo compras.gov.br,
- Solicitação de orçamento aos Agentes de Integração CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e IEL (Instituto Euvaldo Lodi)

11.2. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$124.800,00** para contratação por 2 (dois) anos, conforme mapa comparativo de preços.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j”) - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



12.1.1. Gestão/Unidade: TRT5 UG N. 080007

12.1.2. Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0029 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Bahia)

12.1.3. Plano Interno: P.O.: 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas.

12.1.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

13.1.1. Por se tratar de serviço contínuo, não obstante o quanto disposto no art. 95, inciso I, da Lei 14.133/2021, deverá ser confeccionado instrumento de contrato no presente caso.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei:

14.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

14.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas.

14.4. Proceder à publicação do contrato e seus aditivos no site do Tribunal, na página destinada a essa finalidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

14.5. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.

14.6. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

14.7. Informar ao Agente de Integração sobre a necessidade de elaboração de minuta de Edital de Seleção e do quantitativo de candidatos a ser convocados por nível escolar, curso e cidade;

14.8. Fornecer à Contratada e às Instituições de Ensino, quando solicitado, informações pertinentes ao desenvolvimento do estagiário;

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



14.9. Promover o desligamento ou solicitar a substituição de qualquer estagiário, com imediata suspensão de pagamento da bolsa-auxílio, comunicando à Contratada, nos casos listados no art. 19, da Instrução Normativa TRT5 GP 02/2022.

14.10. Informar a Contratada, de imediato, sempre que identificar irregularidade na situação escolar de qualquer estagiário, para as necessárias providências legais e interrupção dos procedimentos técnicos e administrativos a cargo da Contratada

14.11. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados, desde que atendidas às obrigações contratuais.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - São obrigações da contratada, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

15.1. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência, se houver.

15.2. Não transferir sua responsabilidade para outras entidades/empresas, exceto naquilo que for autorizado nos termos deste documento.

15.3. Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

15.4. Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei n. 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei n. 13.709/2018.

15.5. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



- 15.6.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.
- 15.7.** Atuar como agente de integração de estágio, celebrando Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre estagiário, instituição de ensino e o TRT5, conforme arts. 9º e 10º, da Instrução Normativa TRT5 GP Nº 2/2022.
- 15.8.** Providenciar a confecção de TCEs, termos aditivos e declarações, elaborados por meio de sistema informatizado. O envio e assinatura dos TCEs devem ser preferencialmente eletrônicos, eliminando a utilização de papel.
- 15.9.** Realizar processo seletivo público para selecionar estagiários de ensino médio, profissionalizante e curso superior, nas modalidades de graduação e pós-graduação, mediante a realização de provas de conhecimento, conforme art. 7º da Instrução Normativa TRT5 GP Nº 2/2022, sendo de responsabilidade da Contratada todas as etapas do processo seletivo, desde a elaboração do edital até a divulgação do resultado definitivo.
- 15.10.** Promover ampla divulgação dos processos seletivos em sítio próprio, nas mídias sociais e nas instituições de ensino da capital e nas cidades do interior listadas no item 4.2.1.
- 15.11.** Realizar até 4 (quatro) processos seletivos públicos a cada 12 (doze) meses de vigência contratual.
- 15.12.** Convocar os candidatos aprovados em processos seletivos públicos realizados, conforme a necessidade da Contratante, observando rigorosamente a ordem de classificação, as reservas de vagas definidas e os requisitos de ingresso contidos no Edital.
- 15.13.** Publicizar, em sítio próprio, as convocações realizadas para acompanhamento pelos(as) candidatos(as).
- 15.14.** Receber e conferir a documentação dos candidatos aprovados em processos seletivos, para envio à Contratante, que posteriormente solicitará emissão de TCE.
- 15.15.** Absorver o cadastro de reserva existente, resultante de seleção realizada anteriormente à sua contratação, observada a validade do processo seletivo, prevista nos editais de seleção pública em vigência.
- 15.16.** A contratada deve observar os seguintes prazos:



- até 2 (dois) dias úteis, a partir da solicitação da contratante, para convocar os candidatos aprovados em processo seletivo;
- até 10 (dez) dias úteis, a partir da manifestação de interesse do candidato, para encaminhar a documentação completa e conferida ao contratante;
- até 2 (dois) dias úteis para emissão do Termo de Compromisso de Estágio, a partir da solicitação da contratante;
- elaborar minuta de edital de seleção em até 8 (oito) dias úteis da solicitação pelo contratante;
- fornecer declarações solicitadas pelos estudantes em até 3 (três) dias úteis da solicitação;
- comunicar ao TRT5 e ao estagiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a previsão de encerramento dos Termos de Compromisso para fins de análise da pertinência da renovação.

15.17. Contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor do(a) estagiário(a), no ato da contratação.

15.18. Indicar preposto e outro canal de comunicação direta com o TRT5, presencial ou por telefone, para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais, dúvidas, esclarecimentos e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Regional.

15.19. Executar o serviço de acordo com as especificações, normativos legais e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

15.20. A Contratada deverá fornecer ao Contratante o nome da pessoa responsável pelo acompanhamento do contrato em sua empresa, com os seus respectivos números telefônicos e e-mails.

15.21. Observar os normativos legais, incluindo: Lei 11.788/2008, Resolução CSJT nº 307/2021, IN TRT5 GP nº 02/2022, Decreto 7.746/2012, suas atualizações e outras pertinentes.

15.22. Realizar convênios com Instituições de Ensino, devidamente regularizadas pelo Ministério da Educação.

15.23. Ser responsável por todas as despesas e encargos decorrentes do recrutamento, seleção, convocação e contratação dos estagiários, além do seguro contra acidentes pessoais, em favor do(a) estagiário(a).

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



- 15.24.** Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino com as disponibilidades da CONTRATANTE, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com programas e currículos escolares, com o Contexto Básico da Profissão ao qual o curso se refere e com as diretrizes estabelecidas na Lei 11.788/2008.
- 15.25.** Disponibilizar modelos de relatórios de estágio, para acompanhamento de estágio pela unidade contratante e pela instituição de ensino, subsidiando as partes, sobre os referidos prazos destes relatórios.
- 15.26.** Notificar à contratante qualquer irregularidade na situação escolar dos estagiários, sempre que informada pelas Instituições de Ensino.
- 15.27.** Promover palestras e mini-cursos para os estagiários, de acordo com a necessidade para a regularidade e o adequado desempenho das atividades do estagiário.
- 15.28.** O Agente de Integração deverá verificar a regularidade escolar dos(as) estagiários(as) ativos(as) 2 (duas) vezes por ano, preferencialmente nos meses de março e setembro. Qualquer irregularidade deverá ser imediatamente comunicada ao TRT para as devidas providências.
- 15.29.** O Agente de Integração deverá efetuar a recontração de todos os(as) estagiários(as) ativos no Tribunal, de forma a evitar interrupção dos contatos de estágio.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, o Contratado que:

16.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



16.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, nos termos da lei;

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos da lei.

16.3.Multa:

16.3.1. Moratória: Atraso do início da convocação de candidatos: multa diária no valor de 2% (dois por cento) por dia de atraso do valor da taxa de administração multiplicada pelo número de candidatos não convocados no prazo.

16.3.2. Moratória: Atraso da emissão do TCE: multa diária no valor de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de estagiários com TCE em atraso.

16.3.3. Moratória: Atraso superior a 15 dias na elaboração da minuta do edital de seleção: 10% (dez por cento) do valor do serviço mensal (referência do mês anterior).

16.3.4. Moratória: Atraso do envio da documentação do candidato aprovado: 2% (dois por cento), por dia de atraso sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de candidatos sem envio da documentação no prazo.

16.3.5. Compensatória: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto. Configura inexecução parcial qualquer outra infração das obrigações constantes no contrato.

16.3.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TRT5 ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste título.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



- 16.4.**A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 16.5.**Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 16.6.**Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.7.**Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.8.**A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.9.**A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.9.1.**Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 16.9.2.**Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 16.10.**Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.10.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 16.10.2.** As peculiaridades do caso concreto;
 - 16.10.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 16.10.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 16.10.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 16.11.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 16.12.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 16.13.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 16.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 16.15.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n. 26, de 13 de abril de 2022.

17. RESCISÃO DO CONTRATO

- 17.1** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



17.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, **sem ônus para o CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

17.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

17.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n. 14.133, de 2021).

17.8. A contratação se vincula ao ato que a autorizar e à respectiva proposta, sendo-lhe aplicável a Lei 14.133/2021, seus regulamentos e demais normativos que regem as licitações e contratos administrativos.

Salvador, 06 de abril de 2026

Assinado eletronicamente

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



Oroclil Pedreira Santos Júnior
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Integrante Requisitante

Termo de Referência baseado no modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União - AGU, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.

TRT da 5ª Região
TR - DISPENSA - Serviços- art. 75 inciso II
Agosto/2025 - versão 7.0
Contratação de agente intermediador de estágio



PROAD n. 835/2026 DOC 34. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.FLYZ.XWTT: <https://proad.trt5.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>